

do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2232/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, o licenciado José Ribeiro da Costa Nunes para o exercício das funções de enfermeiro-director do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2233/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 7.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 110/83, de 21 de Fevereiro, e em harmonia com o constante no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e sob proposta da Organização Portuguesa de Transplantação, renovo a comissão de serviço da licenciada Maria Helena Dias Alves no cargo de directora do Centro de Histocompatibilidade do Norte.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, autorizo a nomeada a auferir o vencimento base da sua função, correspondente à categoria de chefe de serviço hospitalar de imuno-hemoterapia.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 13 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Maria Helena Dias Alves, filha de António Alves e de Conceição Henriques Dias, nascida em Vilar Formoso, Almeida, em 27 de Junho de 1956. Licenciada em Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto com 14 valores, em 1979. Curso superior de Medicina Legal em 1981 com 15 valores. Internato complementar de imuno-hemoterapia no Hospital de São João, no Porto, concluído em Janeiro de 1989 com 19,5 valores. Proveniente para uma vaga de assistente hospitalar de imuno-hemoterapia no Centro de Histocompatibilidade do Norte (CHN) em 26 de Maio de 1990, com 19 valores, tomando posse do lugar em 27 de Outubro de 1990. Grau de consultor da carreira médica hospitalar com 20 valores. Posse de assistente graduada em 16 de Novembro de 1995. Concurso para o lugar de chefe de serviço de imuno-hemoterapia do quadro do CHN em Julho de 2001, 20 valores. Nomeada directora do CHN por despacho do Ministro da Saúde de 7 de Janeiro de 2003, com efeitos a partir do dia 13 de Janeiro de 2003. Curso de alta direcção em Administração Pública (CADAP) do INA no ano lectivo de 2004-2005.

Exercício de funções como assistente hospitalar; gestão e organização de serviços hospitalares: responsável pelo SU desde Abril de 1991. Desde Maio de 1992 foi responsável pelo Laboratório de Genética Molecular do CHN, o qual organizou técnica, científica e administrativamente e no qual introduziu todas as técnicas de genotipagem de DNA em uso. Participou nas rotinas da transplantação, tendo introduzido novas metodologias e produzido múltiplos trabalhos científicos. Participou em múltiplos estudos da área HLA-doença e da auto-imunidade. Fez a assessoria para a área laboratorial do CHN. Participou nos planos de acção clínico-laboratorial, de equipamento e desenvolvimento técnico-científico do Centro ao longo dos anos.

Em Novembro de 1991 apresentou no I Congresso Nacional de Transplantação a proposta «Cartão nacional do receptor de produtos biológicos», que foi considerada de interesse para o Ministério da Saúde e obteve sucessivos pareceres favoráveis de três ministros da saúde e da Assembleia da República. Direcção do CHN: de Janeiro de 2003 a Janeiro de 2006. Promoveu a implementação de um sistema de gestão da qualidade no CHN, segundo a norma NP EN ISO 9001:2000, que culminou com a certificação de qualidade global da instituição em Setembro de 2005. Manteve a acreditação europeia EFI do CHN e renovou a mesma acreditação em Outubro de 2005. Promoveu a criação e implementação de um sistema de gestão de apoio à urgência da transplantação e ao controlo e gestão administrativa, financeira e científica do CHN para apoio à gestão da direcção e do conselho administrativo. Implementou a actividade do CEDACE com a recolha de 25 000 dadores de medula óssea. Criou um programa de educação para a saúde e um sistema

inovador de divulgação na forma de um CD interactivo integrado no programa de Ciências e Biologia dos 6.º-7.º anos. Fez o curso de alta direcção em Administração Pública do INA.

Actividade pedagógica e formativa:

- 1) Nacional — responsável pela formação dos internos de especialidade de imuno-hemoterapia do Norte, desde Janeiro de 1991. Formação do pessoal técnico e técnico superior do Centro, na área de genética molecular, e orientação de estágios de pré e pós-graduação para licenciaturas de Biotecnologia, Bioquímica e Biologia;
- 2) Internacional — Escola Europeia de Hematologia e Comissão Europeia: no âmbito do programa de apoio aos estudos pós-graduados da Comissão Europeia e do European Communities Training and Mobility Programme, organizou a convite da Escola Europeia a 2.ª Euroconferência HLA Immunobiology of Transplantation — Basic Science and Clinical Relevance, no Porto, 11-13 de Novembro de 2000. Ética e direito na transplantação: apresentou em Dezembro de 1990 em Munique, no First Joint Meeting of ESOT and EDTA/ERA, denominado Organ Replacement Therapy: Ethics, Justice and Commerce, o trabalho «Organ donation by presumed consent: Consequences and duties to the society that legalizes it», que foi publicado no livro *Organ Replacement Therapy: Ethics, Justice and Commerce da Springer*, Verlag Berlin, Heidelberg, 1991, pp. 280-283. No I Congresso Nacional de Transplantação em 1991 apresentou o tema: «Direito à transplantação». Na 2.ª Euroconferência HLA Immunobiology of Transplantation — Basic Science and Clinical Relevance, da Comissão Europeia, proferiu a conferência: «Judiciary aspects of transplant medicine». Actividades sócio-profissionais: inscrita na Ordem dos Médicos (OM) desde Dezembro de 1979. Membro do Colégio de Especialistas de Imuno-Hemoterapia da OM desde 30 de Dezembro de 1993 e do Colégio de Especialistas de Medicina Legal desde 7 de Outubro de 1997. Membro consultivo da Secção Regional do Norte da OM durante dois mandatos (1993-1995 e 1995-1998). Membro da 1.ª direcção do Colégio de Especialistas da OM (1994 a 1997). Preparou a primeira grelha de verificação de idoneidades de serviços e efectuou verificações no continente e ilhas. Organizou com os seus colegas de direcção a I Conferência de Consensos em Medicina Transfusional, tendo coordenado o grupo de responsabilidade médico-legal (OM, Conselho Superior de Magistratura, Procuradoria-Geral da República, Provedoria da Justiça e Centro de Estudos Judiciários). Actividade científica I — investigação: organização e participação em vários projectos de investigação financiados em Portugal (Ministério da Saúde e Fundação para a Ciência e Tecnologia) e no estrangeiro (União Europeia): faz parte do European Consortium for Rheumatoid Arthritis Families (ECRAF) desde 1995 (sete países), do European Consortium for Ankylosing Spondylitis and other Spondylarthropathies (EUROAS) desde 1998 (oito países) e do Consórcio Europeu EUROAS Genomic Bank (nove países), desde 2001, todos financiados pela União Europeia. Está ligada aos estudos da hemocromatose com o ICBAS e IBMC, tendo sido identificada e publicada pela primeira vez a associação do HLA-A29 com a mutação H63D. Fez parte das equipas de trabalho do 13.º e 14.º International Histocompatibility Workshop. É assistente voluntária de genética médica da Faculdade de Medicina do Porto desde 1998. Participou em vários júris de concursos para assistente hospitalar e para a graduação em chefe de serviço de imuno-hemoterapia. É membro de oito sociedades científicas, nacionais e estrangeiras das áreas da transplantação, imunologia, imunogenética e medicina legal. Apresentou 99 trabalhos científicos em reuniões nacionais e no estrangeiro, nos continentes Europeu, Americano e Australiano. Participou em 52 publicações científicas em revistas nacionais e estrangeiras.

Despacho n.º 2234/2006 (2.ª série). — A Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto, que aprovou o regime jurídico dos ensaios clínicos, criou a Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC), cuja composição, financiamento e funcionamento são regulados pela Portaria n.º 57/2005, de 20 de Janeiro.

De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 1.º da citada portaria, a CEIC é constituída por um conjunto de personalidades com reconhecida experiência profissional, nas áreas da bioética, da medicina, das ciências farmacêuticas, da farmacologia clínica, da enfermagem, da bioestatística, jurídica e teológica e outras que garantam os valores culturais e morais da sociedade.

De harmonia com o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto, os elementos que constituem a CEIC são nomeados por despacho do Ministro da Saúde.

Considerando que a licenciada Maria Teresa Carretero Branco cesou as funções que exercia na comissão executiva CEIC importa proceder à nomeação de uma personalidade com reconhecida experiência profissional para integrar a referida Comissão.

Assim:

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto, no n.º 1 do artigo 6.º e no artigo 3.º da Portaria n.º 57/2005, de 20 de Janeiro, nomeio membro da CEIC o licenciado António Augusto Lourenço Confraria Jorge Silva, médico de medicina geral e familiar, que integrará também a comissão executiva daquela Comissão.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 9 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2235/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, e no n.º 7 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço da licenciada Maria do Céu de Castro Oliveira no cargo de presidente do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo, cessando também a assunção das competências do director clínico.

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2006, inclusive.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2236/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto, e no n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 57/2005, de 20 de Janeiro, dou por findo, a seu pedido, o mandato da licenciada Maria Teresa Carretero Camilo Branco, como membro da comissão executiva da Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC), para o que havia sido nomeada pelo despacho n.º 3978/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 23 de Fevereiro de 2005.

O presente despacho produz efeitos a partir de 8 de Janeiro de 2006, inclusive.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2237/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio em comissão de serviço o licenciado José Luís da Costa Catarino para o exercício das funções de presidente do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo e determino que assuma também as competências de director clínico.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2238/2006 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, e no n.º 7 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço da licenciada Maria Regina Ferreira Gomes Vieira no cargo de vogal do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2006, inclusive.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2239/2006 (2.ª série). — Dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço do enfermeiro José Adriano Lourenço Aranda no cargo de enfermeiro-director do conselho de administração do Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Valongo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2006, inclusive.

6 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 2240/2006 (2.ª série). — O Decreto Regulamentar n.º 7/2005, de 10 de Agosto, criou o Alto Comissariado da Saúde, enquanto serviço de coordenação intraministerial destinado à coordenação e articulação das políticas públicas de preparação e execução do Plano Nacional de Saúde (PNS) e de programas específicos de âmbito nacional.

Face à criação desta estrutura, a quem cabe, com carácter de estabilidade e permanência, a missão de harmonizar a formulação e a execução das políticas públicas relativas ao PNS, cumpre redefinir a composição, as competências e o modo de funcionamento da comissão de acompanhamento do PNS, criada pelo despacho n.º 15 846/2004, de 22 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 5 de Agosto de 2004, reforçando o seu papel na implementação do PNS e clarificando o seu quadro de atribuições, de forma a evitar descoordenações e conflitos de competência.

Nestes termos, determino:

1 — Os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do despacho n.º 15 846/2004, de 22 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 5 de Agosto de 2004, passam a ter a seguinte redacção:

«1 — [...]»

- a) Acompanhar o desenvolvimento deste, particularmente nas áreas consideradas prioritárias, como sejam as das coordenações nacionais criadas no âmbito do Alto Comissariado da Saúde, a promoção da saúde e seus determinantes e as doenças mais relevantes;
- b) [...]
- c) Apoiar o Alto Comissariado da Saúde na realização de fóruns regionais e nacionais nos primeiros semestres dos anos de 2006, 2008 e 2010, com a finalidade de mobilizar os serviços e a sociedade civil a participarem na avaliação do Plano;
- d) [...]
- e) [...]
- f) Emitir parecer, sempre que solicitado, sobre todas as matérias relativas ao PNS;
- g) Apresentar propostas de revisão ou adequação de programas, assim como a criação de novos programas previstos no Plano Nacional de Saúde.

2 — A comissão de acompanhamento do PNS, cujo mandato corresponde ao período de vigência do PNS, é constituída pelo alto comissário da Saúde, que preside, pelo director-geral da Saúde, pelo director do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, pelo presidente do conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, pelo presidente do conselho de administração do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, pelos presidentes dos conselhos de administração das administrações regionais de saúde, pelos coordenadores nacionais que integram o Alto Comissariado da Saúde e pelas seguintes personalidades de reconhecido mérito nas áreas consideradas prioritárias do PNS, que ficam desde já nomeadas:

- a) Prof.ª Doutora Maria Isabel Guedes Loureiro — promoção da saúde e seus determinantes;
- b) Dr.ª Elsa Maria Simão do Vale Rocha — traumatismos e lesões;
- c) Prof. Doutor António Augusto Alves da Mota Miranda — doenças infecciosas;
- d) Dr.ª Maria João Heitor dos Santos — saúde mental;
- e) Dr. António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes — saúde dos idosos.

3 — A comissão de acompanhamento do PNS reúne mensalmente e, excepcionalmente, sempre que as circunstâncias o exijam, por convocação do respectivo presidente.

5 — A comissão de acompanhamento do PNS apresentar-me-á, cada dois anos, um relatório sobre a execução do PNS, que faz acompanhar das recomendações que julgue necessárias.

6 — O apoio logístico à comissão de acompanhamento do PNS é assegurado pelo Alto Comissariado da Saúde, em cujo orçamento serão inscritas e cativadas as dotações próprias necessárias ao respectivo funcionamento e a garantir o cumprimento das missões definidas no n.º 1 do presente despacho.»

2 — É revogado o despacho n.º 22 175/2004, de 11 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 29 de Outubro de 2004.

9 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.